

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white sans-serif font on a blue rectangular background.

A subversão do capital e os sentidos do trabalho [Another economy sketches out at the heart of capitalism]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Antunes, Ricardo, 1953-
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-14 12:21:29
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163108

vinculada ao debate sobre o fim do trabalho e à emergência da economia imaterial. No primeiro caso, cabe chamar a atenção para a forma como Gorz define trabalho, já que para ele não dá para falar em crise do trabalho sem precisar o que exatamente se entende por trabalho. Ou seja, a crise é do trabalho emprego, que é a forma adquirida pelo trabalho na modernidade; trata-se, portanto, de uma categoria histórica e sociológica, e não do trabalho no sentido antropológico ou filosófico de atividade humana geral. O trabalho moderno é o trabalho transformado em mercadoria pelo capitalismo e, por isso mesmo, definido por critérios de racionalidade econômica.

No que se refere à emergência da economia imaterial, observa-se, na verdade, um aprofundamento de uma tendência já indicada por autores como Daniel Bell, no início da década de 1970, sobre o advento da sociedade pós-industrial. Bell chamava a atenção na época para a importância que assumia o conhecimento na nova configuração social então emergente, afirmando que o conhecimento teórico passava a ocupar o lugar até ali ocupado pelo trabalho; e, como consequência, derivava daí uma teoria do valor conhecimento que ocuparia o lugar da teoria do valor trabalho. Gorz radicaliza essa tese a partir de uma releitura dos *Grundrisse*, de Marx, de quem retoma o conceito de *general intellect*, para concluir que a produção de valor na sociedade contemporânea depende mais do saber coletivo da humanidade do que da atividade específica de uma classe social, identificável, como o proletariado de Marx. Esse é mais um argumento em favor da quebra do vínculo entre trabalho e renda e pela adoção de uma renda básica universal e incondicional. Essa produção coletiva, mais simbólica que material, não se presta, no entanto, a ser apropriada pelas corporações capitalistas, que se esforçam para patentear o que é criado coletivamente, tentando subordinar tudo à lógica do lucro capitalista. Daí sua preocupação em clarificar a distinção entre conhecimentos que estão associados ao pensamento lógico e podem ser objetivados, e saberes que estão associados à capacidade do sujeito e são, por essência, vivos e vividos. Embora eu não tenha falado de todos os temas tratados na entrevista, creio que toquei naqueles que norteiam a análise de Gorz, cuja obra se constitui numa das mais fecundas críticas da sociedade contemporânea.

[\(Voltar ao índice\)](#)

A SUBVERSÃO DO CAPITAL E OS SENTIDOS DO TRABALHO

Por Ricardo Antunes

Ricardo Antunes é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Ele também elaborou um artigo comentando a entrevista que o **IHU On-Line** realizou com o sociólogo André Gorz. Ricardo Antunes fez livre-docência em Sociologia do Trabalho na Unicamp. Doutorado-se em Sociologia, pela USP e fez Mestrado em Ciência Política na Unicamp. Publicou diversos livros entre os quais destacamos **A Rebeldia do Trabalho**. Campinas: Unicamp, 1986; **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 1998; **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. Atualmente, coordena a Coleção Mundo do Trabalho, pela Boitempo Editorial e Trabalho e Emancipação, pela Editora Expressão Popular. Colabora regularmente em revistas e jornais nacionais e estrangeiros. O professor, escritor e pesquisador concedeu uma entrevista ao **IHU On-Line** na 98ª edição, de 26 de abril de 2004, sobre o lugar do trabalho na sociedade contemporânea. Dele, **IHU On-Line** também publicou uma entrevista na 97ª edição, de 19 de abril de 2004, e um artigo na 65ª edição, de 23 de junho de 2003, sobre a sociedade de classes, com base nos livros: HIRANO, Sedi. **Castas, Estamentos & Classes Sociais**. Campinas: Unicamp, 2002; EDER, Klaus. **A Nova Política de Classes**. Bauru: Edusc, 2002;

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estrutura de Posições de Classe no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Os subtítulos do presente artigo foram acrescentados pelo IHU On-Line.

A reflexão de André Gorz traz sempre algo novo, sugestivo e polêmico. Longe de ser especialista em sua obra, já tive oportunidade de polemizar, especialmente contra seu conhecido e provocador **Adeus ao Proletariado**, texto emblemático em sua vasta obra.

É confortante ver, agora, que há muito mais confluência que dissonância na bela entrevista que André Gorz apresenta à revista da Unisinos. Sua crítica ao crescimento mensurado exclusivamente pelo capital e pelo mercado, que, quanto mais cresce, mais concentra e empobrece as maiorias (lição que Lula tristemente esqueceu por completo), sua crítica ao capitalismo e o reconhecimento de que é necessário uma “lógica subversiva” para desmontá-lo, de certo modo nos lembra o Gorz de seus escritos mais críticos e radicais.

Também é atual e positiva sua reflexão sobre a imaterialidade do trabalho, (“o material é o vetor do imaterial”, em sua definição), retomando teses e aspectos anteriormente tematizados por Marx e contemporaneamente, com destaque, por intelectuais franceses.

Sabemos que, na sociedade contemporânea, há uma crescente imbricação entre trabalho material e imaterial, uma vez que se presencia, além da monumental precarização do trabalho em escala global – o que também é fortemente acentuado por Gorz - uma amplificação das atividades dotadas de maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, entre tantas outras áreas em que há forte ampliação e a “mercadorização” do trabalho.

O trabalho imaterial (ou não-material, como disse Marx no Capítulo VI, inédito) expressa, em nosso entendimento, no capitalismo de nossos dias, a vigência da esfera “informacional da forma-mercadoria”: ele é expressão do conteúdo informacional da mercadoria, exprimindo as mutações do trabalho no interior das grandes empresas e do setor de serviços que são dotados de tecnologia de ponta. Trabalhos material e imaterial, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, portanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital, como sugerem Vincent e Tosel.

Mas, é preciso acentuar, como procuramos desenvolver em **Os Sentidos do Trabalho**, que a *imaterialidade* é uma tendência, enquanto a “materialidade” é, ainda, largamente prevalente, especialmente quando se olha o capitalismo em escala global, mundializado, desenhado pela (nova) divisão internacional do trabalho, em que, vale lembrar uma vez mais, 2/3 da humanidade que trabalha, encontra-se no chamado “Terceiro Mundo”, nele incluídos a China, Índia, os países asiáticos, a América Latina, a África, etc.

Uma leitura *tecnicista* da sociedade

Vou, portanto, neste breve debate direto ao único ponto de clara divergência. Devo acrescentar que escrevo à distância, no meio de breve período de descanso, sem condições de fazer consultas aos textos de Gorz. Mas recordo, por exemplo, que essa entrevista me parece ter uma dose de crítica e radicalidade muito superiores àquelas que podemos encontrar em textos como **The New Agenda**. Ao menos em nossa leitura.

Mas vamos ao ponto de dissonância. Gorz afirma que:

“Com a informatização e a automação, o trabalho deixou de ser a principal força produtiva e os salários deixaram de ser o principal custo de produção. A composição orgânica do capital (isto é, a relação entre capital fixo e capital de giro) aumentou rapidamente. O capital se tornou o fator de produção preponderante. A remuneração, a reprodução, a inovação técnica contínua do capital fixo material requerem meios financeiros muito superiores ao custo do trabalho. Este último é com frequência inferior, atualmente, a 15% do custo total. A divisão entre capital e

trabalho do” valor “produzido pelas empresas pende mais e mais fortemente em favor do primeiro. (...) Os assalariados deviam ser constrangidos a escolher entre a deterioração de suas condições de trabalho e o desemprego”. (Grifos meus, RA).

A presença de Habermas e seu conhecido equívoco (também eurocêntrico) da *técnica* como principal força produtiva em substituição ao *trabalho vivo* parece evidente. Aqui me parece que André Gorz é também prisioneiro de uma leitura *tecnicista* da sociedade, do que acaba por resultar a desconsideração (e, muitas vezes, *desconstrução*) do trabalho.

Contra a equívoca e hoje bastante questionada tese acerca do fim da centralidade do trabalho (podemos lembrar os estudos de Alain Bihr, István Mészáros, Robert Castell, Helena Hirata, David Harvey, Thomas Gounet, dentre tantos outros), nosso grande desafio é compreender a *nova morfologia do trabalho*, seu caráter multifacetado, polissêmico e polimorfo. Isso nos obriga a desenvolver uma *noção ampliada e moderna de classe trabalhadora* (que venho chamando, de modo sinônimo, de *classe-que-vive-do-trabalho*) e que inclui a totalidade daqueles homens e mulheres que vendem sua força de trabalho em troca de salário.

Essa nova morfologia do mundo do trabalho nos convida também a refletir sobre as novas modalidades da lei do valor. Nessa direção, que aqui podemos tão somente indicar, não concordamos com a tese de que a redução do custo de força de trabalho indica a perda de centralidade do trabalho vivo, mas, ao contrário, expressa a expansão das *múltiplas formas de exploração do trabalho, dos mais qualificados aos mais desqualificados, dos mais formalizados (em cada vez menos número) aos mais informalizados, que se ampliam em todo o mundo*.

Em outras palavras, o capital de nossos dias amplificou a lei do valor, deu-lhe maior vigência, *extraindo sobretrabalho em todas as esferas onde se pode extrai-lo*: nas fábricas, nos bancos, nas escolas, nos serviços mercadorizados, nas casas, etc., etc., etc. A *nova polissemia do trabalho* é também exatamente isso: há trabalho produtivo, hoje, onde ele não existia ontem. E os capitais globais utilizam-se magistralmente da simbiose que ocorre entre a *exploração relativa e absoluta do sobretrabalho*. Portanto, parece soar falaciosa a afirmação de que o trabalho deixou de ser a principal força produtiva. Aliás, o estudo do toyotismo, em seu apogeu, nos mostrou o segredo do assim chamado “modelo japonês”: o *envolvimento e a exploração intensificada da força de trabalho em forte simbiose com o desenvolvimento tecnocientífico*.

Do trabalho intensificado do Japão ao *trabalho contingente* (J. Peckie) presente nos Estados Unidos; dos imigrantes que chegam ao Ocidente avançado ao submundo do trabalho no pólo asiático (incluindo, naturalmente a China); das *maquiladoras* no México aos precarizados/as de toda a Europa Ocidental (com sua majestosa Inglaterra que parece querer *indianizar-se*); da Nike aos McDonalds, da General Motors e da Ford a Toyota, das trabalhadoras de telemarketing (já são mais de 500 mil no Brasil) aos *motoboys* e das lojas da Wall Mart, pode-se constatar que o *inferno do trabalho* assalariado e precarizado expandiu-se para todo o mundo.

Ampliar a noção de classe trabalhadora

Portanto, o que aqui queremos acentuar é a necessidade de elaborarmos uma noção ampliada de classe trabalhadora, que *deve incluir também todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Deve incorporar o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados e precarizados que Huw Beynon chamou de trabalhadores-hifenizados, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que, muitas vezes, são, indiretamente, subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação produtiva global e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do*

desemprego estrutural. Eles e elas expressam, em nosso entendimento, a vigência das distintas modalidades de trabalho vivo, ao contrário da tese do fim da relevância e centralidade do trabalho para a criação de valor.

E mais: ao contrário da prevalência da técnica em *substituição* ao trabalho vivo, hoje o saber científico e o saber laborativo mesclam-se ainda mais diretamente. As máquinas inteligentes podem substituir, em grande quantidade, homens e mulheres que trabalham, mas não podem extinguir e eliminar definitivamente a *potência criadora* do trabalho vivo. Ao contrário, a criação de um novo maquinário informacional é resultado do trabalho intelectual dos trabalhadores/as que, ao atuarem junto à máquina informatizada, transferem parte dos seus atributos intelectuais à nova máquina que resulta deste processo, *dando novas dimensão à teoria do valor*. Estabelece-se, então, como desenvolvi em **Os Sentidos do Trabalho**, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que necessita, cada vez mais, de uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser *explorada* de maneira mais intensa e sofisticada, especialmente nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico. E, quando assim não é, amplia-se sem limites a precarização do trabalho, fazendo-o oscilar entre a *perenidade* (onde cada vez *menos trabalham mais*) e a *superfluidade* do trabalho (onde cada vez *mais trabalham menos* ou encontram-se desempregados).

Um último comentário e aqui outra diferença com Gorz: entendemos o trabalho não como uma criação do capitalismo (esse é o trabalho assalariado, fetichizado e estranhado), mas como resultado de um movimento, verdadeiramente dialético, de positividade e negatividade, criação e servidão, humanidade e desumanidade, autoconstituição e desrealização. Esse movimento, percebido desde os gregos, encontrou em Hegel, e especialmente em Marx, sua síntese mais sublime: o trabalho, que em sua gênese, é atividade vital, pode converter-se em ato alienado; o trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis, pode tornar-se subordinado ao seu contrário, o trabalho abstrato, fetichizado e estranhado. Mas, como lembrou Lukács, em sua quase desconhecida *Ontologia*, o *trabalho livre é também expressão de um primeiro momento de liberdade* que a exploração e as formas diferenciadas de opressão procuraram suprimir. Por isso o trabalho, ao mesmo tempo que transforma a natureza exterior, autotransforma a natureza de quem o realiza positiva ou negativamente. *Unilateralizar* o trabalho, não apreender sua dúplice e contraditória dimensão, é deixar de perceber sua verdadeira fonte de riqueza (e também de miséria).

Por isso, uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, somente poderá efetivar-se com a demolição das barreiras existentes entre *tempo de trabalho* e *tempo de não-trabalho*, de modo que, de uma atividade vital cheia de sentido, de um trabalho autodeterminado, voltado para a criação de bens socialmente úteis, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade, fundada no tempo disponível (que Gorz, aliás, sempre positivamente destacou) em que ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem a gestação de formas inteiramente novas de sociabilidade, em que liberdade e necessidade se realizem mutuamente, com uma nova modalidade de trabalho e de vida. Isso nos obriga, hoje mais do que nunca, a subverter radicalmente a lógica destrutiva do capital que preside a humanidade, levando-a aos níveis mais profundos de desumanidade e que somente a humanidade pode transformar.

[\(Voltar ao índice\)](#)